



Entrevista **COM ANDRÉ NASSIF**



Fundação Podemos: Recentemente o FMI afirmou estarmos na pior recessão global desde 1929, com uma retração de 3% do PIB global e de 5,9% do PIB brasileiro. Como o senhor analisa o contexto político-econômico atual e as possibilidades de recuperação desse cenário? As medidas de estímulo monetário que os Bancos Centrais têm tomado seriam suficientes para superar a recessão?

É muito difícil analisar “possibilidades de recuperação” nessa crise, por causa do ineditismo e da intensidade da mesma. Não se trata de uma crise financeira clássica ou mesmo de uma crise desencadeada por guerras mundiais, mas uma crise sanitária dramática que obriga a maior parte das pessoas (todas, inclusive os trabalhadores) e das empresas a paralisarem ou semiparalisarem a produção. Virou lugar-comum afirmar que se trata de um choque simultâneo de demanda e oferta, mas, como a capacidade produtiva das economias já está criada, o impacto adverso sobre a demanda tende a ser mais acentuado ainda do que sobre a oferta. Isso é especialmente relevante, porque, somando-se à enorme incerteza no curto, médio e longo prazos, essa crise tende a ser fortemente deflacionária (pelo menos ao longo deste e do próximo ano), inclusive no Brasil (que será deflacionária no curto prazo e, na melhor das hipóteses, com inflação sob controle no médio prazo). Consequentemente, há conjecturas a respeito de se a recuperação tende a ser em V (recuperação rápida), U (recessão mais prolongada e recuperação lenta), L

(grande depressão) ou U prolongado. Eu descartaria recuperação em V, apostando que o mais provável é que tenhamos, na melhor das hipóteses, uma crise em U, e na pior das hipóteses, uma crise em L. Isso porque, a menos que surja uma vacina ou um medicamento eficaz contra a pandemia, não se descarta a reincidência do vírus depois que os países estiverem tentando retornar à situação de quase-normalidade. Não nos esqueçamos de que, mesmo nos países em que a transmissão epidêmica foi violenta e já estão tentando retornar à normalidade, a taxa de infectados em relação à população total não superou nem 1%. Logo, o vírus continuará circulando e, provavelmente, causando novas infecções. Isso tenderá a ser assim, até que haja uma vacina eficaz. Por isso, seria essencial que tivéssemos uma liderança política que fosse capaz, por meio de um gabinete de crise, partindo da esfera federal, de interagir e dialogar com as demais instâncias governamentais (estados e municípios). Essa coordenação por meio de diálogo ajudaria também que tivéssemos uma recuperação menos traumática e menos lenta, na medida do possível. Com respeito às medidas já tomadas pelos bancos centrais dos países centrais, elas vão na direção correta de “fazer tudo o que seja necessário” (*whatever it takes*, para usar a expressão do Mário Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu, quando salvou o euro, usando e abusando das emissões de dinheiro via Quantitative Easing, a partir de 2012) para dar liquidez aos setores real e financeiro para evitar o colapso. Evitar a recessão é impossível, pelas razões que aponte, mas mitigar seus efeitos, é possível, sim.

Fundação Podemos: A gravidade e urgência da situação parecem ter produzido um consenso, raro entre os economistas, de que a ação do Estado seria imprescindível nesse momento. Como o senhor avalia as respostas de curto prazo que o governo brasileiro está tomando econômico atual e as possibilidades de recuperação desse cenário? As medidas de estímulo monetário que os Bancos Centrais têm tomado seriam suficientes para superar a recessão?

Consenso, *ma no tropo*, porque, afinal, lembremos que tão logo ficou claro que a pandemia chegara e se alastraria no Brasil, diversos economistas (Mônica de Bolle, José Luis Oreiro, eu mesmo) alertamos para a gravidade da crise sanitária, que teria impactos econômicos e sociais devastadores sobre o Brasil. E, mesmo assim, o ministro da Economia Paulo Guedes sugeriu, na ocasião (ali por meados de março) que a melhor resposta para a crise seria acelerar a venda da Eletrobras e retomar as reformas econômicas que estavam em andamento no Congresso. E não só ele, membros da equipe econômica, como Adolfo Saschida, se opuseram a medidas mais contundentes de ação governamental que acarretassem incrementos de gastos públicos. Com as críticas recebidas, a equipe econômica aquiesceu a oferecer o auxílio emergencial, mas de R\$200,00 para quem tivesse inscrito no cadastro único. Só depois de muita reação da opinião pública e do Congresso Nacional que medidas mais robustas

foram adotadas. Agora, é verdade que, tirando a equipe econômica, que parece gerir a política econômica com base em fundamentalismo de manuais e totalmente fora da realidade, muitos economistas ortodoxos assumiram a máxima muito comum em crises severas como esta de, nesses casos, sermos (ou devermos ser) todos keynesianos. Isso vale até mesmo para o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, que, muito mais antenado com a realidade, sugeriu levar ao Congresso a PEC que concederia ao Banco Central a permissão para a compra de títulos públicos e privados, o que, na prática, significa a emissão primária de moeda para mitigar os efeitos adversos da crise.

Já com respeito às medidas tomadas, eu avalio que elas têm sido muito tímidas para lidar com a crise. Numa situação em que a maioria das empresas é forçada a paralisar a produção e tem seus fluxos de caixa interrompidos, elas ficam sem recursos para pagar salários, mas também para continuar cumprindo seus compromissos com fornecedores e bancos. Então, houve a medida que concedeu às empresas a possibilidade de reduzir jornada e salários ou mesmo suspender os contratos de trabalho, mas faltou a outra ponta, que é a compra ou fornecimento de garantias das dívidas contraídas pelas empresas afetadas. Reconheço que é uma tarefa complexa, que precisa de muita informação, para evitar que os setores afetados se aproveitem da situação para obter benefícios do governo, mas cabe às instituições governamentais o trabalho de separar o joio do trigo nessa empreitada.

Fundação Podemos: Esse consenso, ao que tudo indica, é momentâneo, e alguns economistas já demonstram preocupação fiscal com as medidas tomadas, enquanto outros advogam a necessidade de que o Estado tome medidas fiscais expansionistas ainda mais robustas no pós-pandemia. Qual sua avaliação?

Carmem Feijó, Eliane Araújo e eu acabamos de receber a prova de um artigo acadêmico que está saindo do forno pela *Cambridge Journal of Economics* em que fizemos um *post scriptum* (o artigo analisa 20 anos de ortodoxia macroeconômica no Brasil, desde a adoção do tripé macroeconômico em 1999) comentando que, embora a crise da Covid-19 no Brasil já esteja representando uma ruptura com a prática ortodoxa, haja visto a adoção de medidas de cunho keynesiano e minskyano para mitigar seus efeitos, o fato é que, a julgar pelas declarações da equipe econômica de que, passada a fase de distanciamento social, será hora de retomar o ajuste fiscal pelo teto de gastos, tudo indica que dificilmente teremos a adoção de medidas robustas que levem a uma recuperação mais rápida. Pelo contrário, a equipe econômica e muitos economistas conservadores insistem na tese da austeridade fiscal expansionista (isto é, conter gastos públicos para manter a confiança dos detentores dos papéis), que seria a melhor alternativa para o Brasil voltar a crescer de forma sustentada. Já com respeito à autocrítica da austeridade fiscal expansionista nos países desenvolvidos, creio que ela virá com maior força, até porque já havia

uma autocrítica por parte do *mainstream* norte-americano, em especial por parte dos novos-keynesianos, como Oliver Blanchard, Lawrence Summers e outros, às teses do conservadorismo fiscal. Aqui no Brasil é que o debate está bem atrasado, ainda preso às falsas verdades acadêmicas da chamada “divina coincidência” (ou seja, de que bastaria que o governo praticasse uma política fiscal neutra e usasse a política monetária apenas para estabilizar o nível de preços que o crescimento viria com uma “coincidence divine”), já abandonadas por seus formuladores originais (Olivier Blanchard e Jordi Galí).

Fundação Podemos: Como você demonstra em alguns de seus trabalhos, para o país obter um crescimento sustentado, com ampliação da renda e do emprego, é necessária uma sinergia entre uma política industrial bem pensada e uma política macroeconômica correta. Como isso poderia ser feito, sobretudo considerando o cenário pós pandemia?

Neste caso, não existe uma receita de bolo, mas isso depende mais de política do que de teoria ou proposição. Por exemplo, pode-se falar tudo do auge da substituição de importações nos anos 1970, menos que não havia coordenação entre a política industrial e a política macroeconômica. Tanto havia que, pelo fato de o processo de substituição de importações ter sido acompanhado pela inconversibilidade cambial tanto na conta-corrente (por

causa das barreiras às importações) como da conta capital e financeira (porque não havia ainda sido liberalizada a conta de capitais), havia uma tendência estrutural à sobrevalorização da moeda brasileira e reduzida competitividade exportadora. O que o governo fez para compensar essa tendência? Introduziu as minidesvalorizações cambiais, pelas quais as taxas de câmbio nominais eram reajustadas quase toda semana pela diferença entre a inflação interna e externa, e concedeu diversos incentivos fiscais e creditícios às exportações (numa época em que os *late-late comers* usavam e abusavam dos subsídios porque não havia proibição por parte do GATT; coisa que não ocorre mais). Isso nada mais era do que coordenação entre a política industrial e a política macroeconômica, que continua sendo condição sine qua non para a retomada (interrompida no início da década de 1980) do processo de catching up no Brasil, mas isso só será possível num governo que, ainda na fase de debates eleitorais, venha a antecipar tal estratégia como uma medida de economia política a ser adotada. Quero dizer, como fazer política industrial orientada para retomar o desenvolvimento interrompido há quatro décadas suscita resistência por parte dos economistas e opinião pública conservadora (mídia, rentistas, etc.), isso tem de ser exposto, explícita e claramente, pelos candidatos à presidência da República, para ser debatido de forma séria. Não pode ser fruto da improvisação. Na última eleição presidencial, apenas Ciro Gomes apresentou um programa econômico nessa direção.

Fundação Podemos: Em uma análise do livro da economista Laura Carvalho (Valsa Brasileira), o senhor concorda com a avaliação dela de que o boom dos anos 2006-2010 foi fortemente favorecido por políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, processo que levou dinamismo a setores de bens de consumo e ao setor de serviços. Você levanta, no entanto, uma discordância sobre a sustentabilidade desse processo no longo prazo. Qual é, em linhas gerais, essa discordância?

Concordei com ela não só com respeito ao papel das políticas de transferência de renda e valorização do salário mínimo (ambos aumentam o potencial de consumo de bens de consumo de massa e outros bens produzidos sob condições de média sofisticação tecnológica), mas, principalmente (porque julgo, como Laura, mais relevante), com relação à retomada do papel dos investimentos públicos como motor indutor dos investimentos privados, com a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém, é preciso reconhecer que a indústria estava bastante deteriorada por décadas de contração de seu peso relativo no PIB, em virtude do acentuado processo de desindustrialização. Além disso, é preciso lembrar que, a partir de 2005, o real sofreu uma tendência de apreciação, a ponto de, já nos idos de 2009-2010, exibir nível significativo de sobrevalorização. Por isso, acho que Laura exagerou ao

sugerir que apenas a combinação de políticas sociais e PAC seriam capazes de sustentar o desenvolvimento econômico brasileiro. Não esqueça: não existe experiência de desenvolvimento econômico bem-sucedida em países em desenvolvimento que mantêm sua moeda local sobrevalorizada por longo período de tempo. Isso dificilmente ocorre nos países da Ásia que estão em processo de desenvolvimento relativamente bem-sucedido (não fizeram o catching up ainda, mas crescem de maneira sustentada), como China, Índia e Vietnã.

Fundação Podemos: Muitos falam em “políticas sociais” compensatórias. No caso do Brasil, dado nosso nível de desigualdade e desamparo social, tais políticas são sem dúvida necessárias. No entanto, essa diferenciação conceitual entre “social” e “econômico” muitas vezes acaba servindo para omitir os mecanismos produtores desse quadro de desigualdade e pobreza. Se retomarmos o conceito de desenvolvimento em sua acepção clássica (sofisticação produtiva, transferência de mão de obra para setores mais sofisticados, etc.), tal diferenciação (entre “econômico” e “social”) parece perder um pouco de sua força. O senhor concorda com esse raciocínio? Não seria o momento de, preservando as políticas sociais compensatórias, discutir um verdadeiro modelo de desenvolvimento nacional capaz de superar aquilo que Celso Furtado chamava de “heterogeneidade estrutural”?

Sim, isso é que, explícita ou implicitamente, temos discutido e proposto nas últimas décadas. Em meu caso, em artigos, livros, conferências, etc. Mas, não basta só propor academicamente. É preciso ir à luta, à práxis, como diria Marx. Até porque a redução da heterogeneidade estrutural é um problema de economia política, e estratégias de políticas econômicas e sociais voltadas para esse objetivo acabam mexendo com interesses poderosos, inclusive dos rentistas. De todo modo, dada a enorme desigualdade social prevaiente no Brasil, eu penso que políticas de transferência de renda, destinadas a minorar os efeitos da pobreza extrema, e políticas econômicas transformadoras no longo prazo não são mutuamente excludentes. E políticas para reduzir a heterogeneidade estrutural abarcam políticas industriais, tecnológicas, educacionais, de infraestrutura e de saúde pública. Uma tarefa e tanto!

Biografia



André Nassif

Andre Luiz Gomes Nassif é Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2003), Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/1995), Pós-graduado em Economia Industrial e da Tecnologia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/1985) e em Desenvolvimento, Planejamento e Políticas Públicas, pela Comissão Econômica para a

América Latina e Caribe (CEPAL/1991) e Graduado em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/1982). É economista aposentado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde atuou como profissional concursado até dezembro de 2016. Atualmente (2017), é professor em regime 40 horas, dedicação exclusiva (DE) no Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).



fundação podemos
política para todos

